

Parga disse que STF já dispõe de todas as informações para julgar os mandados de segurança, que tiveram liminares concedidas em junho passado

Parga: lentidão do STF prejudica a CPI

O senador Bello Parga disse ontem que a demora do Supremo Tribunal Federal para decidir sobre liminares concedidas a pessoas alvo de investigações está prejudicando o trabalho da CPI dos Bancos. "Já fornecemos aos ministros todas as informações solicitadas. Espero que eles se manifestem sobre o assunto o mais brevemente possível", afirmou o senador, que é presidente da comissão. Dez liminares foram concedidas em junho suspendendo a quebra de sigilo e a indisponibilidade de bens de diversos investigados. Parga espera que o julgamento do mérito dos mandados não demore porque, se isso ocorrer, a CPI poderá ser obrigada a prorrogar seu prazo de funcionamento, inicialmente previsto para 12 de setembro.

PÁGINA 4

Emenda contra miséria começa a tramitar hoje

Proposta de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães já conta com 51 assinaturas e será lida no plenário do Senado



Antonio Carlos Magalhães, autor do projeto, quer mais sensibilidade da área econômica do governo

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza começa a tramitar hoje. A proposta de emenda constitucional do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu outras 50 assinaturas e será lida em plenário na sessão ordinária de hoje à tarde. A matéria inicialmente vai a exame da CCJ mas também deverá ser apreciada pela comissão mista especialmente criada pelo Congresso para esse fim.

PÁGINA 3

CAE sabatina novo diretor do BC

PÁGINA 2

Audiência discute tombamento do DF

PÁGINA 6

Carlos Wilson, Paulo Souto e Ramez Tebet ouvem as explicações do juiz Mello Porto



Juiz Mello Porto diz que está sendo perseguido

O ex-presidente do TRT-RJ, juiz José Maria de Mello Porto, depôs ontem na CPI do Judiciário durante mais de sete horas e afirmou que as denúncias de irregularidades em sua gestão são fruto da perseguição de inimigos. Ele disse que contrariou interesses ao moralizar a administração do tribunal, ampliar o horário de trabalho e obrigar juízes a limpar a pauta de processos. Hoje, às 17h, será ouvido o depoimento do advogado Rommel Parreira Corrêa.

PÁGINA 5



A reunião da Comissão de Assuntos Econômicos está marcada para as 10h

CAE sabatina hoje indicado para diretoria do Banco Central

Comissão analisa também programação monetária do governo para o terceiro trimestre

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sabatina hoje Carlos Eduardo de Freitas, indicado para a Diretoria de Assuntos da Dívida dos Estados, do Banco Central. O relator da mensagem de indicação é o senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Os senadores da comissão – que é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) – analisarão,

também, a programação monetária do governo para o terceiro trimestre deste ano. O relator da matéria, senador Luiz Otávio (PPB-PA), emitiu parecer favorável, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta. A decisão final sobre as duas mensagens presidenciais cabe ao plenário do Senado. A reunião da CAE está marcada para as 10h.

CRE examina cooperação científica com a Rússia

O texto do acordo de cooperação científica entre o Brasil e a Rússia é um dos itens da pauta a ser analisada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em reunião prevista para hoje, às 17h30. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO).

Presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a comissão vai examinar, também, o texto da emenda ao Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (Clac) para incorporar outros países da América à área geográfica da Clac, decidida na 13ª Assembléia, realizada em Santiago do Chile, de 21 a 24 de julho de 1998. A matéria tem parecer favorável do relator Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Com parecer favorável do relator Romeu Tuma (PFL-SP), os senadores vão analisar ainda o texto da convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída em Haia, em 25 de outubro de 1980, com vistas à adesão pelo governo brasileiro.

A CRE apreciará, também, requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) propondo a realização de seminário sobre o tema “A Amazônia – Patrimônio Ameaçado?”. O senador sugere que sejam convidadas seis autoridades para apresentarem duas palestras por dia, em três reuniões.

Na lista constam os nomes do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e do comandante do Exército, general Gleuber Vieira, entre outros.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h30 - Recebe a bancada federal do PC do B
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
- ▶ 18h30 - Recebe o ministro João Paulo Velloso

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Primeiro dia de discussão em 1º turno da *PEC nº 53/99, que altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (criação do Ministério da Defesa); *PLC nº 24/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-Lei nº 227/67, com a redação dada pela Lei nº 9.314/96 (Código de Minas); *PR nº 119/96, que denomina “Florestan Fernandes” a sala da Comissão de Assuntos Sociais; *Requerimento nº 332/99, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 162, 288 e 309, de 1999, que versam sobre indisponibilidade de bens de vítima de sequestro; *Requerimento nº 335/99, do senador Romero Jucá, solicitando a dispensa do reexame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do PDL nº 34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, aprovado nos termos do Requerimento nº 1.304/95, tendo em vista haver o reexame pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional atendido à finalidade objetivada no referido requerimento; e *Requerimento nº 340/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 391 e 399, de 1999, por versarem sobre alteração no Código Brasileiro de Aeronáutica.

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *Mensagem nº 134/99, que encaminha ao Senado Programação Monetária para o 3º trimestre de 1999; *Mensagem nº 147/99, que submete à apreciação do Senado o nome de Carlos Eduardo de Freitas, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*
- ▶ 11h30 - Comissão de Educação
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; *PLS nº 43/99, revoga o art. 2º da Lei nº 9.192/95, que altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *PLS nº 252/99, modifica a Lei nº 9.766/98, que altera a legislação do salário-educação; *PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; *PLS nº 235/99, que institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial; e *PLC nº 53/97, regulamenta o art. 213 da Constituição federal, definindo escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*
- ▶ 15h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: Reunião de instalação e eleição da Mesa. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*
- ▶ 15h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Pauta: Discussão e votação dos relatórios do deputado Confúcio Moura à Mensagem nº 459/98, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de São Luiz sobre Matéria de Responsabilidade Civil Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados Partes do Mercosul; ao *PLS nº 31/97, que autoriza a inclusão do Banco Meridional do Brasil S.A. na estrutura de organização do Banco Mercosul; e ao *PDL nº 15/99, que aprova o texto do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais. *Plenário 3 - Anexo II da Câmara dos Deputados*
- ▶ 17h - CPI do Judiciário
Pauta: 18h - Depoimento do advogado criminal do espólio de Washington L. Nominato, Rommel Parreira Corrêa. *Sala 2 - Ala Senador Nilo Coelho*
- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *Requerimento s/nº, do senador Tião Viana, requerendo sejam realizadas

audiências públicas, sobre o tema A Amazônia - Patrimônio Ameaçado? *PDL nº 118/99, aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre os governos do Brasil e Rússia; *PDL nº 120/99, aprova o texto da Emenda ao Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (Clac), Resolução A13-1 (Ampliação da Área Geográfica da Clac para a Incorporação de outros Estados da América); e *PDL nº 125/99, aprova o texto da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

Após Ordem do Dia - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Reunião interna. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

- ▶ 18h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Audiência pública para instrução sobre o PLS nº 165/99, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal.
Convidados: Evelize Maria Longhi da Silva, secretária de Habitação do GDF; Marcelo Brito, superintendente da 14ª Regional do Iphan; Antônio Menezes Júnior, coordenador do Sindicato dos Arquitetos do DF; e Paulo Bicca, ex-secretário adjunto de Desenvolvimento Urbano do GDF. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

- Quarta-feira (11.8.99)
 - ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação em segundo turno da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde; segundo dia de discussão da *PEC nº 53/99, que altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (Criação do Ministério da Defesa).
 - ▶ Quinta-feira (12.8.99)
 - ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro dia de discussão em 1º turno da *PEC nº 53/99 que altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (Criação do Ministério da Defesa); *PLC nº 58/98, altera a redação do inciso III do artigo 12 da Lei nº 8934/94, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; *PDL nº 66/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Mirador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio do Sul (SC); *PDL nº 31/99, aprova o texto do Acordo sobre o Estabelecimento do Instituto Internacional de Vacinas; e *PDL nº 32/99, aprova o texto da Resolução nº A 12 - 5, com as emendas ao Estatuto da Clac.
 - ▶ Sexta-feira (13.8.99)
 - ▶ 9h - Sessão não deliberativa ordinária
- Quarta-feira (11.8.99)
 - ▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 135/94, dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 651 da CLT, a fim de modificar a competência das juntas de Conciliação e Julgamento nos dissídios em que forem partes viajante ou agente; *PLS nº 119/99, que dispõe sobre a inclusão de aviso alertando para os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 decibéis; e *PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*
 - ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 14/98, dá nova redação ao parágrafo único do art. 30 e ao inciso III do art. 31 da Lei nº 5.700/71, que dispõe sobre a forma de apresentação dos Símbolos Nacionais. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*
 - ▶ 17h - CPI do Judiciário
Pauta: Depoimento do juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, ex-juiz da Vara da Infância e Adolescência de Jundiá (SP). *Sala 2 - Ala Senador Nilo Coelho*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Emenda contra a miséria será lida hoje

Criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de autoria de Antonio Carlos Magalhães, já conta com 51 assinaturas de senadores e será enviada à Comissão de Justiça, iniciando sua tramitação na Casa

A proposta de emenda constitucional de autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, instituindo o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza será lida na sessão deliberativa ordinária de hoje, marcada para começar às 14h30.

Até o final da tarde de ontem, os registros da Secretaria Geral da Mesa computavam um total de 51 assinaturas de senadores apostas ao requerimento de apresentação da proposta. Esse número representa quase o dobro do mínimo

exigido pela Constituição e mais do que a metade da composição do Senado.

Após a leitura, a matéria será distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que emitirá parecer sobre a proposta. A Comissão Mista do Congresso destinada a examinar a criação do fundo e outras propostas de combate à pobreza, de iniciativa da líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), ainda depende das indicações das lideranças para ser instalada.

ACM quer mais sensibilidade social da equipe econômica

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem considerar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, "um homem de valor, mas que precisa ter mais sensibilidade social; aliás, não só ele, mas todo o conjunto da área econômica do governo". O senador destacou que, "se for de absoluto interesse do país, o Congresso não se furtará a discutir medidas impopulares, mas, se não forem indispensáveis para o país, não terá por que votar".

No entender de Antonio Carlos, "foi positiva" a decisão tomada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no último sábado, após reunião com parte de seu ministério, no sentido de não mais mandar "matérias completas para o Congresso, mas sim projetos pontuais, que são mais fáceis de aprovar". O senador acredita que assim "o presidente poderá ter o resultado global que almejava".

A questão da idade mínima para a aposentadoria do trabalhador do

setor privado, na avaliação de Antonio Carlos, é um exemplo. "Considero a idade mínima correta, mas no momento não seria aprovada pelo Congresso; daí ser melhor tratar de outras questões", observou.

Antonio Carlos Magalhães queixou-se da avaliação feita pela mídia sobre sua relação com o presidente da República.

— Quando estou próximo do presidente, dizem que quero mandar nele. Quando fico discretamente afastado, vocês dizem que estou brigado com ele. Assim fica impossível encontrar um caminho — disse o senador.

O presidente do Senado reafirmou que "o Congresso Nacional nunca foi e nunca será uma agência do governo, seja do Fernando Henrique ou qualquer outro". Ele observou, no entanto, que essa afirmação não contém qualquer "hostilidade" em relação ao Executivo. Esclareceu ainda que a frase, veiculada com destaque pela imprensa, foi "apenas uma resposta a pergunta feita por um jornalista".



José Carlos Dias (E), com Antonio Carlos, anuncia estudo sobre reforma do Judiciário

Dias visita o presidente do Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em seu gabinete, ontem, o ministro da Justiça, José Carlos Dias, em visita de cortesia — a primeira desde que assumiu o cargo.

Depois do encontro, José Carlos Dias disse à imprensa que a troca de relator não deverá atrapalhar os trabalhos da comissão especial da Câmara dos Deputados que estuda a reforma do Judiciário. O ministro informou que um grupo de juristas analisa o assunto, no âmbito de seu ministério, e que o resultado desse trabalho será encaminhado ao Congresso.

Lampreia dá informações sobre problemas no Mercosul

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, levou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informações sobre a situação das relações comerciais com o Mercosul.

Segundo o ministro, apesar das dificuldades ocorridas, continuam as discussões a respeito do processo de integração, inclusive da implantação de uma moeda única.

O chanceler aproveitou a oportunidade para conversar sobre a reforma do plano de carreira de diplomata, que está em tramitação no Senado, solicitando a atenção do senador para o tema.

— O senador é um grande amigo do Itamaraty, e me disse que vai se empenhar pela aprovação da matéria — disse Lampreia.



Lampreia (E), com o presidente do Senado, reconheceu dificuldades no Mercosul

Plenário vota projeto que altera o Código de Mineração

Plenário inicia hoje a discussão em primeiro turno da proposta de emenda que ajusta a Constituição à criação do Ministério da Defesa e dos comandos das Forças Armadas



O plenário do Senado aprecia hoje projeto de lei da Câmara dos Deputados, de iniciativa do presidente da República, que altera o Código de Mineração, a fim de permitir aos órgãos da administração direta e autárquica da União, estados, municípios e Distrito Federal a utilização de jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, para uso exclusivo em obras públicas por eles executadas.

Também hoje os senadores iniciam a discussão em primeiro turno da proposta de emenda que ajusta o texto constitucional à criação do Ministério

da Defesa e dos comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

A proposta inclui o cargo de ministro da Defesa entre os privativos de brasileiro nato, altera a composição do Conselho de Defesa Nacional e define o juízo competente para processar e julgar os comandantes das três forças. Nesta fase, a proposta passará por cinco dias de discussão.

O plenário aprecia ainda projeto de resolução da senadora Marina Silva (PT-AC) que denomina de "Florestan Fernandes" a sala da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Lentidão do STF prejudica CPI, diz Bello Parga

Presidente da comissão que investiga irregularidades no sistema financeiro lamenta que o Supremo ainda não tenha analisado o mérito de mandados de segurança que suspenderam quebra de sigilo bancário de empresários e banqueiros

O presidente da CPI do Sistema Financeiro, senador Bello Parga (PFL-MA), afirmou ontem que "a morosidade do STF" para se manifestar sobre as liminares concedidas por alguns

de seus ministros em favor de pessoas investigadas pela comissão "já está atrapalhando a CPI".

Ministros do STF concederam em junho mais de dez liminares a mandados de segurança, suspendendo a quebra de sigilo e a indisponibilidade de bens de empresários, banqueiros e outros investigados, inclusive de Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central. Com as liminares, a CPI fica impossibilitada de usar os documentos obtidos com a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal. Além disso, o Banco Central e as companhias de telecomunicações não remeteram à CPI novos documentos sigilosos.

— A CPI já forneceu aos minis-



tros do Supremo todas as informações solicitadas quando concederam as liminares. Espero que eles se manifestem sobre o mérito do assunto o mais rápido possível —

disse Bello Parga.

O presidente da CPI acredita que não haverá necessidade de prorrogação dos trabalhos da comissão, se o STF julgar com rapidez o mérito dos mandados de segurança. Sem prorrogação, a CPI terminará suas investigações dia 12 de setembro.

Para o senador Bello Parga, a CPI não tem mais o que investigar sobre o Proer, depois de dois depoimentos ligados ao Bamerindus e da documentação enviada pelo Banco Central. "Não há fato novo no caso e a CPI deve se limitar à análise das razões da fragilidade do sistema financeiro depois de tantos gastos do Banco Central com o Proer", afirmou.

Relator proporrá data para novo depoimento de Everardo

Os senadores da CPI do Sistema Financeiro reúnem-se hoje à tarde, a portas fechadas, para discutir um roteiro de trabalho para este mês, a ser apresentado pelo relator, senador João Alberto (PMDB-MA). Ele irá propor ainda a data para o novo depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

Convocado na semana passada, o secretário deverá apresentar à CPI os anteprojetos de nove propostas de mudanças legislativas destinadas a reduzir a evasão fiscal e o fechamento de brechas legais que permitem às empresas evitar o pagamento de impostos. Em seu primeiro depoimento à comissão, Everardo

Maciel causou perplexidade ao revelar que metade das 530 maiores empresas do Brasil não paga Imposto de Renda.

Os integrantes da CPI decidirão ainda se convocam novos depoimentos sobre o Proer e o que a comissão pode fazer para ajudar os mutuários da Encol que têm frações de terrenos ou "esqueletos" de prédios. O ex-dono da Encol, Pedro Paulo de Souza, deu os terrenos como garantia para tomar empréstimos bancários e, por isso, uma parte dos mutuários encontra-se impossibilitada de tomar financiamentos para construir ou terminar a construção de seus imóveis.



A CPI não precisará prorrogar seus trabalhos, segundo Bello Parga (centro), se STF tomar decisão rapidamente

Comissão de Orçamento vai eleger presidente

A instalação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a eleição de seu novo presidente, está marcada para hoje, às 15h. A presidência será exercida por um senador, de acordo com a alternância estabelecida pela Resolução nº 2/95 que regulamenta o seu funcionamento. Na ocasião, também serão eleitos os três vice-presidentes.

A comissão mista tem como função examinar e emitir parecer sobre projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais. Ela deve analisar ainda as contas apresentadas anualmente pelo presidente da República e os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização é composta de 84 membros titulares, sendo 63 deputados e 21 senadores; e 28 suplentes — 21 deputados e sete senadores.

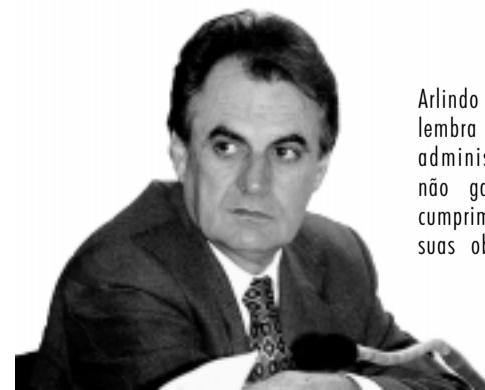
Projeto de Arlindo Porto protege consorciados

Projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) institui o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios, de modo a proteger o consorciado contra a inadimplência das administradoras, especialmente porque esses consumidores são pessoas de baixa renda.

Arlindo explica que, apesar de a administradora de consórcios exigir alguma garantia do consorciado, geralmente não oferece, em contrapartida, qualquer tipo de garantia quanto ao

cumprimento de suas obrigações.

— Por esse motivo, quando a administradora de consórcios encontra-se em dificuldades financeiras e tem sua liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central, os consorciados sofrem enormes prejuízos, tendo em vista que seus créditos contra a administradora não têm qualquer privilégio, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os créditos trabalhistas e fiscais — salienta o senador na justificativa da proposta.



Arlindo Porto lembra que administradoras não garantem cumprimento de suas obrigações

Você pergunta,
o Senado responde.
FALA CIDADÃO
0800-612211

Juiz atribui denúncias a perseguição de colegas

Ex-presidente do TRT do Rio diz que passou a ser alvo de antipatias quando tomou decisões no sentido de moralizar a administração do tribunal, ampliando o horário de trabalho e obrigando magistrados a desengavetar processos

Acusado de uma série de irregularidades administrativas, o juiz José Maria de Mello Porto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ), disse ontem, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, que está sendo perseguido por inimigos que tem naquela corte. Ele afirma que angariou antipatia por ter moralizado a administração do tribunal, ampliando o horário de trabalho e obrigando juízes a desengavetarem processos.

Para fundamentar a tese da perseguição, o juiz citou vários exemplos. Segundo Mello Porto, é falsa a acusação de que ficou com um telefone celular do tribunal depois de deixar a presidência, em 1994. Ele diz que foi vítima de três colegas que passaram oito meses realizando sindicância apenas para prejudicá-lo. Os responsáveis pela sindicância não teriam dado a ele o pleno direito de defesa.

O juiz se defendeu também da acusação de que participava de um esquema de venda de votos e de vagas de juízes classistas. "Essa leviandade partiu do advogado Wadih Damous Nemer Filho, que me associou a suposta conduta de um assessor de juiz, que estaria praticando extorsão", disse Mello Porto.

Outra denúncia – a de que conseguira aumentar de dois para três anos o mandato do presidente – foi rebatida pelo ex-presidente como sendo uma "mentira". Conforme o juiz, o mandato foi ampliado antes que ele assumisse a presidência do TRT, em 1992.

Já em pleno mandato, Mello Porto determinou que as carteiras funcionais contivessem a informação sobre o grupo sanguíneo dos funcionários. De acordo com o juiz, não é verdade que ele tivesse tentado favorecer o laboratório de um parente. Disse que tomou a medida apenas para proteger a saúde dos servidores. Sobre a contratação de juízes classistas em excesso, Mello Porto alegou ter efetuado as contratações por causa do número excessivo de processos.

O juiz reconheceu ter feito adição ao processo de licitação para a construção do prédio da Junta de Conciliação e Julgamento de Itaperuna, que de 512 metros quadrados passou a 1.270 metros quadrados. Mas alegou que o aditivo foi feito dentro dos limites legais.

Diante das acusações de perseguição e do quadro de confusão administrativa do TRT-RJ, o presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), e os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO) e Paulo Souto (PFL-BA) concluíram que o depoimento de Mello Porto confirmava a importância da CPI.



Mello Porto disse na CPI que responsáveis pelas sindicâncias realizadas no TRT-RJ não lhe deram amplo direito de defesa no processo

Declarações serão comparadas com documentos em poder da CPI

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário, senador Ramez Tebet, disse na noite de ontem, ao final do depoimento do juiz José Maria de Mello Porto, que ficou provada a atividade de propaganda política por parte do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ).

O juiz tem participado de diversos atos políticos e permitido que seu nome circule em material de propaganda. Recentemente foi distribuído no Rio de Janeiro calendário com a foto do magistrado e a inscrição "Mello Porto 99".

– O depoimento dele não o ajudou. Ele não poderia ter negado que fez propaganda política – disse Tebet ao final da sessão da CPI, que durou das 15h às 22h.

O relator da comissão, senador Paulo Souto (PFL-BA), acha que o juiz conseguiu rebater algumas das acusações contra ele, mas informou que as respostas de Mello serão conferidas com os documentos entregues pelo depoente. Para o senador, o que mais impressionou no depoimento do ex-presidente do TRT-RJ foi a disposição do juiz para a promoção pessoal e seu relacionamento com os juízes classistas.



Tebet (D), ao lado de Souto e Wilson

Confirmada doação de ônibus por juiz classista

O ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ), José Maria de Mello Porto, confirmou que em sua gestão recebeu doação de um ônibus para transporte de pessoas pobres com ação no tribunal. O ônibus foi doado por um juiz classista representante da Federação Estadual das Empresas de Transporte (Fetranspor).

Mello Porto também confirmou ter participado de inaugurações de prédios de juntas de conciliação e fóruns em que se verificaram festividades e distribuição de brindes. Nessas solenidades, os ônibus doados ao tribunal eram usados para transporte de funcionários e juízes.

Inquirido pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), Mello Porto não reconheceu nessas festas atos de campanha eleitoral. O juiz disse não saber quem patrocinou os eventos.

– Deve ter sido a Ordem dos Advogados ou a Federação das Indústrias – garantiu.

O juiz, contudo, admitiu ter sido procurado por partidos políticos para se candidatar. Ele relatou um episódio em que um "inimigo" teria colado adesivos com a frase "Mello Porto 98" e tirado fotografias, de forma que se configurasse propaganda eleitoral fora do período legal.

– Eles queriam me prejudicar caso eu, já aposentado, decidisse me candidatar – disse.

Advogado depõe hoje sobre espólio do dono do Itapemirim

Em virtude do depoimento do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, juiz José Maria de Mello Porto, ter se estendido até as 22 horas de ontem, os integrantes da CPI do Judiciário resolveram adiar para hoje, a partir das 17 horas, o depoimento de Rommel Parreira Corrêa, advogado criminal do espólio de Washington Nominatto. Amanhã, às 11 da manhã, haverá uma reunião administrativa.

O caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, cuja herança deixada pelo pai, o empresário Washington Nominatto, proprietário, entre outras empresas, do consórcio Itapemirim, teria sido dilapidada durante o processo de inventário, está sendo apurado pela CPI do Judiciário desde o dia 20 de maio. Nesse dia, a mãe de Luiz Gustavo, Miramar da Silveira Rocha, e o advogado Luiz Otávio Amaral, que a defendeu entre 1992 e 1998, foram os primeiros a depor sobre o assunto.

O advogado disse que há indícios suficientes de conluio entre os administradores do espólio, advogados e contadores, com a permissão do juiz Asdrúbal Cruxên, atual desembargador do Tribunal de Justiça de Brasília, e da curadora de menores Zenaide Martins. Ele denunciou que, nos mais de seis anos em que durou o processo de inventário, "um patrimônio riquíssimo foi

dilapidado".

Já Miramar da Silveira Rocha, em seu depoimento, relatou aos senadores detalhes do processo de inventário da herança deixada por Washington Nominatto, em 1987, estimada em mais de R\$ 30 milhões. Ela alegou que existiu um acordo entre o juiz Asdrúbal Cruxên, os inventariantes nomeados para administrar o patrimônio e sua primeira advogada, Maria das Graças Leão, com o objetivo de dilapidar a herança.

Uma semana depois, no dia 27 de maio, o contador Antonio Carlos Moraes, que trabalhou para o consórcio Itapemirim de 1984 a 1987, garantiu que o consórcio era "totalmente solvente" até o falecimento de Washington Nominatto. Na mesma data, o advogado Joaquim Tomás Lopes afirmou que "havia um esquema armado" na Justiça de Brasília para evitar que um advogado experiente acompanhasse o processo de inventário que favoreceria o herdeiro Luiz Gustavo.

Na semana passada, no dia 5 de agosto, o inspetor de Justiça do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Roberto Jorge Dino, defendeu-se da acusação de ter ajudado a dilapidar a herança deixada por Washington Nominatto. Ele, que fez parte do grupo de administradores judiciais que liquidou os bens do espólio, disse que Nominatto administrava suas empresas de forma caótica e temerária, além de lesar credores e consorciados.

Tebet determina recurso contra habeas corpus para Cruxên

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando denúncias de irregularidades no âmbito do Poder Judiciário, senador Ramez Tebet, determinou que a assessoria da CPI estude as medidas cabíveis para recorrer da decisão do Supremo Tribunal Federal, que concedeu *habeas corpus* ao atual desembargador do Tribunal de Justiça de Brasília, Asdrúbal Zola Vasquez Cruxên, permitindo que ele não compareça à reunião da CPI que fora marcada para a tarde de hoje.

No começo da reunião de ontem, Ramez Tebet lamentou que o ministro do STF Otávio Gallotti tenha concedido a liminar cancelando o depoimento de Asdrúbal Cruxên à comissão. O presidente da CPI esclareceu que o desembargador não havia sido convocado, mas apenas convidado a prestar esclarecimentos sobre a suposta dilapidação da herança do herdeiro

do Consórcio Nacional Itapemirim, o menor Washington Nominatto.

Na opinião de Ramez Tebet, não havia necessidade da concessão do *habeas corpus*, já que o agendamento da vinda do desembargador para prestar depoimento havia sido acertado em comum acordo com sua própria assessoria. Ele explicou que a comissão deverá recorrer da decisão do STF para defender o Senado como instituição e as prerrogativas da CPI.

– O juiz Cruxên poderia dizer que não queria vir, aí sim iríamos proceder a sua intimação, na forma da lei. Entendo que a sua não vinda será pior para ele, pois o caso já era de conhecimento público antes mesmo da instalação da CPI. O Brasil inteiro acompanhou a história do menor. Seria uma oportunidade para o desembargador prestar as declarações que entendesse necessárias – opinou Ramez Tebet.

Lobão pede investimentos em centro espacial

Senador acredita que lançamento de foguetes em Alcântara, no Maranhão, poderá representar grande fonte de divisas e empregos a partir do próximo século, quando aumentar demanda por satélites

O Brasil precisa dar prioridade ao aparelhamento do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, defendeu ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA), ao denunciar pressões externas para impedir sua utilização comercial. Lobão destacou que o investimento no programa até o ano 2001 é de apenas US\$ 40 milhões.

Lobão lembrou que existem apenas 14 centros de lançamentos de satélites em atividade no mundo, afirmando que eles são insuficientes para dar conta do que vem por aí, "especialmente para o pico de demanda que se prevê por volta de 2004". Ele salientou que nenhum desses centros de lançamento tem a localização



Lobão disse que situação geográfica de Alcântara é privilegiada, única no mundo

geográfica privilegiada de Alcântara, "junto à linha do Equador e sem a vizinhança de áreas povoadas em todo o quadrante nordeste", além de manter condições climáticas favoráveis, temperatura média de 26° C e poucos ventos, "o que permite a realização de campanhas de lançamento durante todo o ano".

Para o parlamentar, a atividade comercial do Centro de Lançamento de Alcântara, que foi implementado na gestão do ex-presidente José Sarney,

trará inúmeros benefícios ao país, entre eles o crescimento do turismo e do comércio e o aumento do nível do emprego. Além disso, lembrou o papel que os satélites vêm desempenhando nas telecomunicações, no surgimento de novos remédios e na cura de doenças.

O senador mencionou o fato de o Brasil estar participando, como convidado, do projeto científico que envolve 16 países para a construção da Estação Espacial Internacional, o que prova, segundo ele, que o país tem "qualificação para levar adiante a programação de Alcântara".

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse que o Centro de Alcântara desenvolve uma atividade segura e séria em um segmento que interessa a todos e que vai "permitir estudos mais amplos do que os realizados pelo projeto Sivam". Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) parabenizou Edison Lobão pelas informações trazidas ao plenário e afirmou que Alcântara disputa um mercado internacional restrito de alta rentabilidade. Agnelo Alves (PMDB-RN) lembrou o pioneirismo da base de lançamento da Barreira do Inferno, no Rio Grande do Norte.

Senador quer aumentar isenção de imposto de renda para idosos

Os idosos com mais de 65 anos que recebem até R\$ 1.800,00 de pensão ou aposentadoria podem ficar isentos de recolher aos cofres públicos o imposto sobre sua renda mensal. A idéia é do senador Edison Lobão (PFL-MA), que apresentou projeto de lei nesse sentido, na semana passada. O valor limite de isenção atual – de R\$ 900,00 – é, na opinião do senador, "insuficiente para proporcionar vida digna ao trabalhador que entra (estatisticamente falando) no último estágio de sua vida".

Além desse motivo, Lobão aponta outros fatores que reforçam a necessidade de aprovação de sua proposta, como o "aviltamento, historicamente reconhecido, dos valores dos proventos e pensões dos aposentados e o crescimento das despesas para tratamento de saúde". O senador enfatiza que a exclusão definitiva do mercado de trabalho também impossibilita ao aposentado exercer outras atividades para complementação da renda.

– Como pano de fundo e integrando-se com tais fatores, ressalte-se a circunstância de que apenas agora o Brasil começa a despertar para a necessi-

dade de se preocupar com a existência e com o bem-estar de uma faixa crescente da população – justifica o senador, informando que as estatísticas registram que os idosos dessa faixa etária representam 5% da população, proporção que deverá dobrar até 2015.

Seu projeto também estabelece que todo trabalhador que receba seus proventos de uma única fonte e cujos rendimentos durante o ano-calendário provenham exclusivamente do trabalho assalariado ou de proventos de aposentadoria ou pensões possa optar por apresentar ou não sua declaração de rendimentos. A única exigência para tanto é que os rendimentos do trabalhador já tenham sido tributados na fonte pagadora, pública ou privada.

Lobão explicou que essa dispensa representaria uma perda de, no máximo, 0,4% da arrecadação atual da União, mas em contrapartida "poderia aliviar a angústia de milhões de contribuintes humildes que têm dificuldades e desconhecimento diante da complexa legislação fiscal e ainda têm que pagar a terceiros o preenchimento da declaração".

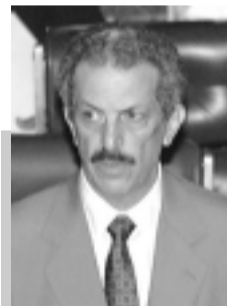
Tuma pretende saber número de armas de fogo no país

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou à Mesa requerimento dirigido ao ministro da Justiça solicitando informações sobre quantos crimes foram praticados nos últimos cinco anos, envolvendo grave ameaça ou violência contra a pessoa, com uso de arma de fogo comprada regularmente e registrada no órgão policial competente; não registrada na polícia; e registrada na polícia, mas subtraída de quem a registrou:

– Entendemos que ninguém melhor que o ministro da Justiça para trazer-nos essas respostas, já que alguns órgãos responsáveis pela segurança pública são diretamente subordinados e os demais dispõem de uma coordenação (a Secretaria Nacional de Segurança Pública) também integrante da pasta – destacou.

Segundo Romeu Tuma, o objetivo do requerimento de informações é enriquecer o debate nacional sobre o destino a ser dado às armas de fogo e munições de procedência legítima, e dar subsídios para o projeto, apresentado pelo Executivo, que pretende expropriar todas as armas de fogo e munição pertencentes a cidadãos que não integrem as Forças Armadas ou órgãos governamentais relacionados com segurança e inteligência, e proibir sua comercialização.

– A questão é grave, pois se relaciona com direitos invioláveis, inscritos na Constituição e tutelados na legislação penal. Por isso, a necessidade urgente de dar um embasamento técnico ao debate, principalmente através de estatísticas confiáveis, que nos permitam raciocinar sobre fatos e não apenas sobre hipóteses – argumentou o senador em sua justificação.



Tuma defende proibição da venda de armas



Comissão analisa também projeto que trata de programação infantil na TV

CE analisa reutilização de livro didático por três anos

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), examinará hoje, a partir das 11h30, uma pauta de 23 itens, entre eles projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio. Segundo a proposta, os livros didáticos desses dois níveis deverão ser adotados pelo prazo mínimo de três anos letivos e sua reutilização deverá ser levada em conta quando da sua aquisição com recursos públicos.

Outro projeto de destaque em votação hoje é o de iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, na televisão, e estabelece sanções pelo seu

descumprimento. Pela proposta do senador, as emissoras de rádio e TV devem dedicar pelo menos cinco horas semanais à transmissão de programação especificamente concebida para a educação moral, cultural e intelectual das crianças.

Integram ainda a pauta da comissão projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que trata da proteção ao patrimônio cultural e natural fossilífero brasileiro; de Romero Jucá (PSDB-RR), que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários; de Marina Silva (PT-AC), que institui o "Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária"; e de Pedro Simon, terminativo, que denomina o Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, "Aeroporto Internacional Ulysses Guimarães".

Audiência pública debate tombamento dos Lagos

A preservação da concepção urbanística de Brasília será discutida hoje, às 18h, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS). A pedido do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), a comissão realizará uma audiência pública para instrução sobre o projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que inclui novas áreas no conjunto urbanístico da capital a ser preservado.



Luiz Estevão quer incluir Lagos Sul e Norte na área de preservação

O projeto inclui os Lagos Sul e Norte dentro da área de preservação histórica da concepção urbanística de Brasília. Deverão participar da audiência Ivelise Longhi, secretária de Habitação do Distrito Federal; Paulo Bicca, ex-secretário de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal; Marcelo Brito, superintendente da 14ª Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); e

Antônio Menezes, coordenador do Sindicato dos Arquitetos do DF.

Comissão do Mercosul discute protocolos

A Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul se reunirá hoje, às 15h. Na pauta está a votação do relatório do deputado Confúcio Moura ao projeto que autoriza o Banco Meridional do Brasil a participar da estrutura

de organização do Banco Mercosul, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Também na pauta desta sessão estão a votação do relatório de Confúcio Moura para o Protocolo de São Luiz, sobre Matéria de Responsa-

bilidade Civil Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados Partes do Mercosul, e do relatório do deputado Ney Lopes para o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais. Ambos foram firmados em São Luiz, Argentina, em 1997.

Alcântara pede transcrição do artigo "Um Grito pela África"

Ao retomar o tema da erradicação da pobreza, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu ontem a transcrição nos Anais da Casa da reportagem "Um Grito pela África", publicada no jornal *Correio Braziliense* de sexta-feira, em que é divulgada a carta de dois adolescentes que viajaram clandestinamente em um avião para a Bélgica e vieram a falecer, não resistindo ao frio no compartimento de bagagens da aeronave. "A carta dos africanos é um libelo contra a insensibilidade dos países ricos, é um grito, um pedido de socorro", disse Alcântara.

O senador afirmou que o debate so-



Lúcio Alcântara defende retomada de crescimento econômico

bre a pobreza no Brasil não pode se tornar uma discussão improdutivo. Ele lembrou que o governo tem um programa de combate à pobreza, citando o programa Comunidade Solidária, mas observou que é preciso analisar se as medidas do programa têm surtido efeito.

Para Alcântara, o governo não deve perseguir tão somente a estabilidade econômica, já que a economia de um país deve buscar a melhoria das condições de vida da população. O grande desafio que o governo tem pela frente, na sua opinião, é a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda.

Eduardo Siqueira Campos cobra maior apoio ao esporte

Diante dos resultados, por ele considerados insatisfatórios, que o Brasil conseguiu nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) reclamou o governo a dar mais apoio ao esporte nacional. "O povo brasileiro vibra com nossas conquistas e merece ter mais alegrias nas competições internacionais", afirmou.

Para o senador, quando um país tem atletas abnegados que trabalham o dia inteiro e ainda encontram tempo para treinar é necessário mais empenho por parte do governo.

Eduardo Siqueira Campos disse ter recebido do ministro dos Esportes, Rafael Greca, a informação de que re-



Eduardo citou o sucesso de Cuba como exemplo a seguir

ceitas vinculadas às loterias não estão sendo liberadas. "Como são verbas vinculadas, não podem ser gastas em outras atividades. Mesmo assim, o governo não as libera para o esporte."

O senador apresentou, em nome do Senado, os cumprimentos a todos os atletas que participaram dos jogos, desejando que no próximo Pan-Americano o Brasil possa obter resultados melhores. "Isso é possível, só depende de investimento. Vejam o exemplo da pequenina Cuba, uma ilha que enfrenta cerceamento econômico, apresentando ótimo desempenho nas atividades esportivas, em função de investimentos no setor", ressaltou.

Emilia estranha decisão do BC de enxugar fiscalização

Proposta de extinção de delegacias regionais do Banco Central, aprovada pelo Conselho Monetário, é vista com preocupação pela senadora

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) manifestou ontem "estranheza e preocupação", diante de decisões do governo que resultarão no enxugamento das atividades de fiscalização no país. "O Banco Central apresentou proposta, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, para extinguir delegacias regionais, concentrando a fiscalização apenas em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre", enfatizou.

Segundo Emilia, os próprios funcionários do Banco Central afirmam que o caminho estará aberto para o aumento de todos os crimes contra a economia nacional, como a lavagem de dinheiro. "Além disso, a medida atropela e afron-



Emilia acredita que a medida "atropela" CPI dos Bancos

ta a CPI dos Bancos, cujas investigações apontam para a direção contrária, uma vez que constatou ter sido falha a fiscalização do BC, por sua insuficiência operacional, embora não por culpa de seus funcionários", disse.

Emilia Fernandes considerou a decisão do BC "no mínimo estranha", porque acelera um processo de desmonte incompreensível, diante dos fatos apurados

pela CPI e das presumíveis recomendações de seu relatório final. "A CPI não pode calar-se diante dessa medida com repercussão até para a segurança nacional. Por isso, considero oportuna a vinda do presidente do BC, Armínio Fraga, ao Senado ou à CPI, para explicar as

razões dessa medida, que não se podem explicar por argumentos puramente orçamentários", garantiu.

Para a senadora pelo Rio Grande do Sul, a inclusão dos técnicos da Receita Federal no Programa de Reversão Voluntária, proposto pelo governo federal, causou inquietação junto a sete mil funcionários altamente especializados. "Trata-se de uma segunda decisão que fragiliza o setor de fiscalização do governo, uma vez que coloca em risco toda a estrutura de controle de portos, aeroportos, pontos de fronteira alfandegados."

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), vice-presidente da CPI, argumentou que as investigações da comissão apontam, pelo menos, para a necessidade de o governo, em especial o BC, reavaliar suas decisões, adiando suas intenções de diminuir os setores de fiscalização.

Tião Viana homenageia Carlos Chagas

O senador Tião Viana (PT-AC) homenageou ontem a memória do médico sanitário, cientista, pesquisador e administrador público Carlos Chagas. Ele lembrou que, durante toda a vida profissional, Carlos Chagas conviveu com as péssimas condições sociais brasileiras.

— Assim, por onde andou, de norte a sul, ele pôde constatar a crueldade do subdesenvolvimento e a miséria estampada nos rostos sofridos de milhares de doentes vitimados constantemente pela malária, pela febre amarela, pela peste, pela hanseníase, pela tuberculose, pelas diarreias, pelas verminoses e por epidemias diversas — disse Viana.

Em 1902, continuou Tião Viana, o cientista conhece pessoalmente o professor Oswaldo Cruz, que, além de grande amigo, veio a ser o orientador de sua tese *Estudos Hematológicos no Impaludismo*, defendida com mérito em 1903.

Segundo o senador, apostando na competência de Carlos Chagas, Oswaldo Cruz o nomeou como pesquisador no

Instituto Manguinhos e o indicou para atender e tentar debelar um surto de malária ocorrido em 1905 nas Docas de Santos. Estudando os movimentos do mosquito transmissor da doença, Chagas resolveu desinfetar as casas depois de calafetadas. Em três meses, erradicou a malária em Santos.

Mas foi num surto de malária ocorrido em 1909, nos canteiros de obras da Estrada de Ferro Central do Brasil, que Carlos Chagas fez a sua grande descoberta. "Chegando ao seu novo posto, tratou imediatamente de improvisar um laboratório e iniciar as suas análises visando ao combate à epidemia. Em meio a essas pesquisas, Carlos Chagas depa-para-se com uma descoberta inédita. Encontra um novo tripanossomo, totalmente diferente dos que tinha estudado



Tião Viana recordou a trajetória profissional do sanitário

até então e que, em homenagem a Oswaldo Cruz, chamou de *Tripanossoma cruzi* agente transmissor direto do que se convencionou chamar de doença de Chagas", disse Tião Viana.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), em aparte, disse que Carlos Chagas trabalhou contra todas as adversidades, até contraindo as moléstias que combatia. O senador Gerson Camata (PMDB-

ES) disse que o Brasil se esquece muito rapidamente das pessoas que fazem a sua história. Lamentou ainda que, apesar do elevado número de impostos pagos hoje no Brasil, o cidadão que não tem plano de saúde não tem assistência médica. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também associou-se às homenagens prestadas por Tião Viana ao sanitário Carlos Chagas.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Alongamento
7h30 — *Especial/Unip* — Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Dor de garganta
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — Entrevista — O senador Eduardo Suplicy fala sobre Taxa Tobim
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Mulheres em Destaque* — A entrevistada é a secretária de Cultura do GDF, Luíza Dornas
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
12h30 — Entrevista — O senador Eduardo Suplicy fala sobre Taxa Tobim
12h55 — *Senado em Pauta*
13h — *Cores do Brasil* — Uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Bahia

13h30 — *Mulheres em Destaque* — A entrevistada é a secretária de Cultura do GDF, Luíza Dornas
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Infra-Estrutura

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste". Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

Jucá defende convenção contra trabalho infantil

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) dirigiu apelo às autoridades brasileiras para que ratifiquem a Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) "e protejam as nossas crianças, afastando-as do trabalho e direcionando-as para as escolas". Ele citou dados da OIT segundo os quais nos países em desenvolvimento cerca de 250 milhões de menores, com idade entre cinco e 14 anos, exercem algum tipo de atividade remunerada.

Jucá observou que no Brasil "ninguém sabe ao certo" quantas crianças e adolescentes trabalham.

— Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) aponta que cerca de 1 milhão e 300 mil menores de 14 anos exercem atividade remunerada. Já as estimativas da OIT apresentam um número bem maior: cerca de 3,2 milhões.

A Convenção nº 182, informou Jucá, foi aprovada durante a 87ª Conferência Internacional do Trabalho. Seu objetivo é combater "as piores formas de exploração do trabalho de crianças que são a prostituição, a pornografia e a utilização de crianças e jovens em atividades

militares".

Jucá citou o diretor-geral da OIT, Juan Somavia, para quem, com esta convenção, passam a existir os meios de se transformar a erradicação do trabalho infantil em causa mundial. Mas, por enquanto, lamentou, os dados do Unicef informam que cerca de 60 milhões de crianças exercem atividades caracterizadas como de exploração, trabalhando entre dez e 12 horas diárias.



Romero Jucá quer manter crianças nas escolas

Maguito anuncia protesto dos produtores no dia 16

Manifestação organizada pela CNA reunirá agricultores de todo o país para pedir apoio e maior crédito com objetivo de dobrar safra nacional

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) anunciou ontem a realização de um protesto de produtores rurais, no próximo dia 16, coordenado pela Confederação Nacional da Agricultura e Organização das Cooperativas Brasileiras. "O movimento trará a Brasília agricultores do Brasil inteiro, a bordo de seus caminhões de trabalho, num verdadeiro *caminhonço*", informou o senador, destacando que somente de Goiás virão 4.700 produtores, com mais de mil veículos.

Segundo Maguito, os produtores não estão em busca de facilidades nem de privilégios. "Defendem regras justas e querem que o governo os apóie da mesma forma que fazem países como Estados Unidos, Japão e França, onde os produtores recebem o apoio do governo."

Ele explicou que os produtores reivindicam mecanismos de financiamento de máquinas e equipamentos para a lavoura e a agroindústria e para irrigação e pesquisa, bem como



Maguito disse que, só de Goiás, virão 4.700 produtores e mais de mil caminhões para o protesto

desoneração e simplificação de tributos. Os produtores também reivindicam a aprovação pela Câmara dos Deputados de projetos de lei para renegociação de dívidas de crédito rural, segundo informou Maguito:

— Em contrapartida à implementação das medidas propostas, comprometem-se a quase dobrar a produção agrícola até o ano de 2003, alcançan-

do a marca de 150 milhões de toneladas. Isso representará cerca de US\$ 45 bilhões em exportações e a consolidação de mais de um milhão e meio de novos empregos — salientou.

APARTES

Em aparte, o senador Blairo Maggi (sem partido - MT) disse que o Brasil não pode competir de "fusquinha" com os tratores dos grandes países no mercado internacional de exportações. "Somente em 1999, o óleo diesel subiu 59%, enquanto os preços, apenas 6%."

Também em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que o presidente da Argentina, Carlos Menem, recentemente baixou os juros e prorrogou por 20 anos o prazo de pagamento das dívidas dos agricultores argentinos.

Para o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), a bancada ruralista no Congresso precisa reforçar sua luta pelo produtor rural brasileiro, porque até agora não tem conseguido obter justiça para o setor.

Maggi critica aplicação de fundos constitucionais

Ao analisar ontem o desempenho dos fundos constitucionais do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO), o senador Blairo Maggi (sem partido - MT) criticou a maneira como os recursos vêm sendo aplicados. Segundo ele, as análises mostram que, além dos fundos não apresentarem resultados de relevância para o desenvolvimento das regiões, têm mostrado equívocos e distorções na administração e na aplicação dos recursos.

O senador disse que, apesar dos esforços em rodadas de negociações para aprimorar a legislação dos fundos constitucionais, ainda não foi possível chegar a um acordo com o governo federal que atenda



Maggi citou três pontos que prejudicariam aplicação de verbas

às necessidades dos beneficiários e das regiões a que se destinam os recursos.

Maggi identificou alguns impasses nessas negociações que estão paralisando as operações de financiamento. O primeiro é a atual fixação dos encargos dos financiamentos, pois não permitem nenhum redutor sobre os encargos básicos e elevam os encargos adicionais de 6% para 8%.

O segundo impasse, continuou, são os critérios para o alongamento dos prazos de pagamento das dívidas dos

fundos constitucionais. "Os dados apresentados pela Secretaria de Políticas Regionais demonstram uma inadimplência de 19,2% no FCO, com débitos atrasados que totalizam R\$ 304 milhões. Isso, por si, já indica que os limites aceitáveis para essas operações foram extrapolados e que o caso merece uma reflexão e uma análise mais aprofundada."

O terceiro impasse está relacionado, segundo afirmou, com um conjunto de ajustes que precisam ser considerados e que devem fazer parte da legislação para aprimorá-la:

— Enquanto essas negociações não se concretizam, muitos mutuários estão vendo suas dívidas se elevarem de maneira assustadora e, não tendo condições de quitar suas prestações, estão sendo ajuizados pelos agentes financeiros.

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou, em aparte, acreditar que a situação represente uma "ameaça clara" ao desenvolvimento das regiões abrangidas pelos fundos. Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse ser preciso que as direções dos bancos responsáveis pelo repasse dos recursos e o Ministério da Fazenda reexaminem os critérios para a concessão de créditos.

Quintanilha: ferrovias e rios não podem ser esquecidos



Quintanilha quer ver o transporte diversificado

As autoridades do país devem aproveitar a lição da greve dos caminhoneiros para repensar o modelo nacional de transportes, baseado quase que exclusivamente nas rodovias, recomendou ontem o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO):

— O Brasil deve ser o único país de dimensões continentais que relega suas ferrovias e seus rios, privilegiando as rodovias em seu transporte de grandes distâncias. Isso não pode continuar — opinou.

Quintanilha reconheceu que houve melhora na qualidade das rodovias do país nos últimos meses, "mas apenas nas faixas de rolamento". Para ele, pouco foi feito em termos de sinalização e de acostamento das rodovias. As cercas de arame farpado ao longo das estradas continuam ruins, levando risco de vida aos motoristas, por causa de animais que cruzam as pistas.

Jefferson convoca ministro para explicar reajuste de combustíveis

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) anunciou ontem que apresentará requerimento na reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando a presença do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, para dar explicações sobre o aumento de preços dos combustíveis.

Jefferson Péres manifestou a sua inconformidade com o reajuste do gás natural, que, a seu ver, não tem razão de ser. Para o senador, a elevação de preços do produto pode inviabilizar as usinas a gás, tornando-se uma ameaça séria ao futuro energético do seu estado, o Amazonas.

Lembrando que este é o quarto aumento do ano, o senador disse que o ministro deve explicações so-



Jefferson protestou contra aumento do gás natural que, a seu ver, não tem nenhuma razão de ser

bre a estrutura de preços dos derivados de petróleo. Ele frisou que ninguém entende esse mecanismo e chamou o sistema de "verdadeira caixa-preta".

Osmar cobra divulgação de contas públicas na Internet

Os estados e os municípios não vêm cumprindo a Lei 9.755, que tornou obrigatória a criação de páginas na Internet para mostrar suas contas, denunciou ontem em plenário o senador Osmar Dias (PSDB-PR). Ele apresentou requerimento à Mesa, dirigido ao Tribunal de Contas da União, perguntando pelas razões do descumprimento da legislação.

Osmar Dias apresentou ainda outro requerimento, dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, solici-



Osmar lembrou lei que obriga estados a tornar público desempenho financeiro

tando a listagem de todos os títulos públicos em poder do Banco do Brasil.

Rocha pede auxílio médico para os ex-territórios

Os servidores dos ex-territórios federais continuam sem receber da União auxílio médico e odontológico, apesar de o Tribunal de Contas da União ter reconhecido que eles mantêm efetivamente vínculos com o governo federal, lamentou em discurso ontem o senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Ele pediu aos ministros do Planejamento e da Fazenda que incluam no orçamento da União do próximo ano as despesas com saúde destes servidores. "São apenas R\$ 24 para cada funcionário, um valor muito baixo e que não pesa praticamente nada no orçamento federal. É injusto manter essa



Senador também reclamou verbas para concluir a BR-156

discriminação contra os funcionários dos ex-territórios", disse.

Sebastião Rocha lamentou também que, em seus quatro anos e meio de governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso nada tenha liberado para as obras da BR-156, que liga o Amapá à Guiana Francesa. Lembrou que o presidente comprometeu-se a executar a obra ao se encontrar com o presidente da França,

Jacques Chirac:

— Esta rodovia é essencial para a agropecuária e o turismo do Amapá e não é compreensível que o governo esteja segurando a liberação das verbas deste ano, de apenas R\$ 6 milhões.